

Barrados no pleito choram mágoas no TRE

Frustração, indignação e muita revolta. Este era o clima, na manhã de ontem, no Tribunal Regional Eleitoral do DF (TRE), para onde dezenas de eleitores dirigiram-se depois de impedidos de votar. Nas seções eleitorais, seus nomes constavam nas listas suplementares, à mão dos mesários, que os identificavam em situação irregular ou que, simplesmente não os relacionavam. Sem entender o motivo do impedimento — a maioria apresentava os títulos aparentemente em ordem — procuravam no TRE as explicações.

Mais revoltados ficavam quando informados que os erros, de responsabilidade do próprio Tribunal, “acontecem, mas que, infelizmente, nada podemos fazer para permitir seu voto hoje”. O diplomata José Amir da Costa Dornelles transferiu seu título de Porto Alegre para Brasília neste ano, respeitando todos os prazos determinados pela Justiça Eleitoral. Na sua seção, seu nome apareceu como não votante por transferência de título. No TRE recebeu a seguinte explicação: depois de ter sido aceito seu pedido de transferência — ele portava

o título emitido pela Justiça de Brasília — José Amir havia sido novamente transferido, à revelia, para Porto Alegre.

Gabriela Staerke de Rezende, de 18 anos, cadastrou-se também dentro dos prazos. Quando da entrega do título, descobriu que o seu não tinha sido emitido. De posse do protocolo, Gabriela procurava no TRE por um mecanismo que garantisse seu direito de voto. Inconformados com o “nada podemos fazer”, ela e seu pai, o advogado César Vieira de Rezende, solicitaram um mandado de segurança com medida liminar. “Esperamos que o presidente do TRE permita que Gabriela vote e depois julgue seu processo”, disse César.

Frustrados nas suas expectativas — “afinal, é uma eleição para Presidente da República, depois de 29 anos” — os eleitores em potencial exigiam que, a partir do momento que o impedimento era resultado de erros do TRE, o órgão reparasse o erro. “Para mim é uma eleição importante. Como podem casar o direito de uma cidadã?”, indagava Rúbia Lia Gonçalves que transferiu seu título do Rio de Janeiro para cá em

1986, votou nas eleições para deputados e senadores e, ontem, descobriu que, por um engano da Justiça, seu título do Rio não havia sido cancelado. Na sala do diretor-geral do TRE, Vicente Francimar de Oliveira, Gabriela e Rúbia não conseguiram conter o choro.

Vicente Francimar afirmou que um mínimo de erro era previsível. “Se comparados com anos anteriores, os erros afetam uma parcela mínima do eleitorado”. O diretor do TRE disse não poder garantir que os enganos sejam reparados a tempo para o 2º turno das eleições presidenciais. “A única coisa que posso fazer agora é solicitar que as pessoas voltem ao Tribunal e entrem com requerimento junto à presidência do TRE, expondo seus casos. Reconheço o desespero das pessoas, entendo que é uma situação inusitada, mas, para hoje, nada posso fazer”.

O diretor do TRE, apesar dos problemas encontrados no próprio Tribunal, tirou, das suas visitas pelas seções de votação, um balanço favorável. “Está tudo correndo em clima de perfeita tranquilidade”.

MARCOS HENRIQUE



Os pára-quedistas Walvegas Martins (E), José Augusto (C) e Nauro Sheufler foram votar como manda o manual